Uma história ainda fragmentada

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. 303 p.

Por Mauro César Silveira

Os recentes esforços de pesquisadores das áreas de Jornalismo e História culminam em 2008, no marco dos 200 anos do lançamento do *Correio Braziliense*, com a realização de estimulantes seminários e a publicação de novas e valiosas abordagens, que contribuem para recuperar relevantes momentos da trajetória da imprensa brasileira. Dentre as boas iniciativas, merece ser destacada a obra *História da Imprensa no Brasil*, organizada pelas historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca. Reunindo lado a lado jornalistas e professores das Ciências Humanas – da Sociologia à Teoria Literária –, o livro oferece perspectivas diferenciadas e olhares distintos dos sucessivos períodos históricos desde que a Corte portuguesa refugiou-se nos trópicos, perseguida pelas tropas de Napoleão, e foi obrigada a instalar no país uma tipografia régia, rompendo com mais de três séculos de proibição de impressos na então colônia. O inegável mérito do trabalho esbarra, no entanto, na pretensão de apresentar uma visão sistemática do nosso passado, em face “da enormidade de textos que o tratam fragmentada e pontualmente”, como as organizadoras ressaltam na introdução. Nesse aspecto, a obra padece das mesmas deficiências que aponta em outras publicações, mas o que não reduz sua importância para o avanço da desafiadora reconstrução dos caminhos percorridos pelo jornalismo brasileiro.

Se a unidade da estrutura narrativa acaba sendo comprometida, como fica evidenciado no contraste entre o estilo acadêmico do professor Antonio Arnoni Prado, da Unicamp, e a linguagem impregnada de jargão profissional da jornalista Ana Maria de Abreu Laurenza – “Carlos Lacerda, *ex-foca* de Cecília Meireles” (p.189); “...convocava José Sarney para *copidescar* o veneno do chefe contra o Presidente da República” (p.194); “Castelinho edita uma matéria do *foca*, Natalício Norberto” (p.197) –, o livro lança novas angulações sobre o passado jornalístico do país. O jornalista e professor do Departamento de História da UERJ, Marco Morel, responsável pelo primeiro capítulo – “Os primeiros passos da palavra impressa” –, por exemplo, questiona a insuficiência

Sobre o autor

Doutor em História Ibero-Americana, professor do Departamento de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. maurocs@cce.ufsc.br

das análises com “ênfase no *atraso*, na *censura* e no *oficialismo* (grifos do autor)” como fatores explicativos dos primórdios da nossa imprensa, levando em conta “a complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise” (p.24). O instigante texto do autor também se contrapõe aos estudos já consagrados que não superam o quadro dicotômico oposição/situação entre o *Correio Braziliense*, crítico, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, governista. “Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às idéias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração” (p.31). É sintomático que o fidalgo português Rodrigo de Sousa Coutinho, primeiro mecenas de Hipólito José da Costa, que fundou o *Correio Braziliense*, em junho de 1808, em Londres, também tenha sido o principal responsável pela oficialista *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançada pela Coroa portuguesa em 10 de setembro do mesmo ano, muito embora Morel não tenha estabelecido essa relação no primeiro capítulo, soltando essas informações, de forma dispersa, entre as páginas 29 e 30.

Vivendo do favor alheio

Entre as virtudes do segundo capítulo, “Imprensa em tempos de Império”, escrito pela doutora em História Social Ana Luiza Martins, sobressaem os parágrafos que consideram as realidades regionais do período. O Movimento da Praieira (1842-1849), no Recife, que expressou a renhida luta de facções partidárias da Monarquia, serviu de mote para uma apreciação da produção jornalística na província de Pernambuco. Também devem ser saudados os blocos intitulados “Geografia dos impressos”, traçando o circuito inicial das publicações fora da Corte, em outras regiões, como Pará, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e “Rede urbana e folhas volantes na esteira do café”, com o registro da movimentação impressa da colônia alemã no sul do país. Algumas citações, inseridas com muita propriedade, ilustraram as condições de desenvolvimento da nossa imprensa no século XIX, como a frase de Joaquim Nabuco ao amigo barão de Penedo, revelando a intenção de lançar um periódico para defender seus interesses: “Sem jornal próprio, não se é nada aqui e vive-se do favor alheio”. O único reparo ao texto é que dois fenômenos significativos do período, os pasquins e as charges – vozes dissonantes da pasmaceira que caracterizava a maioria dos jornais no longo Império de D.Pedro II –, poderiam ser observados com maior acuidade.

Os quatro capítulos que compõem a segunda das três partes do livro mostram um bom quadro da evolução técnica do jornalismo

Entre as virtudes do segundo capítulo, “Imprensa em tempos de Império”, escrito pela doutora em História Social Ana Luiza Martins, sobressaem os parágrafos que consideram as realidades regionais do período

brasileiro no rumo da sua fase industrial, reunidos sob o título geral de “Tempos eufóricos da imprensa republicana”, sem deixar de lado um segmento específico, o das publicações anarquistas do início do século XX, através de análise crítica bem produzida pelo professor de Teoria Literária Antonio Arnoni Prado. No capítulo “Imprensa a serviço do progresso”, a doutora em Sociologia e professora de Jornalismo Maria de Lourdes Eleutério relembra o início irreverentemente promissor de Oswald de Andrade no *Jornal do Commercio*, em 1909, aos 19 anos, quando fora designado para acompanhar uma viagem de inaugurações do então presidente Afonso Pena nos estados de Santa Catarina e Paraná, numa das boas passagens da obra. Revelando uma capacidade de síntese admirável, o jovem repórter que, mais tarde, seria um dos proeminentes nomes da Semana de Arte Moderna de 1922, com reflexos que moldaram alguns gêneros jornalísticos como a crônica, escreveu o texto “Pennando” em apenas três linhas: “Depois do jantar, depois dos discursos, voltamos a Porto União com um sono dos diabos, quando o trem estaca de repente e isso de noite: imaginem o susto! O que era? Nada. Partira o engate e, só depois da mais fastidiosa meia hora por que tenho passado, continuamos viagem” (p.100). Não há nenhuma referência às realizações do presidente ou às inaugurações oficiais, despontando Oswald de Andrade como uma das vozes dissonantes do século XX numa imprensa – a chamada grande – marcada pelo oficialismo.

No mesmo capítulo, a autora chama a atenção para a “sanha repressora” da República, em contraposição à liberdade de expressão que marcara o longo reinado de D. Pedro II, talvez bafejada pelo comportamento áulico das maiores publicações do período imperial, como é o caso do conservador e vetusto *Jornal do Commercio*. Mas havia, sem dúvida, uma permanência no novo século, assinalada com precisão por Maria Eleutério: as relações íntimas entre poder e jornalismo. O caso mais notório foi protagonizado por um dos nossos primeiros presidentes, Manuel de Campos Salles, que governou o país entre 1898 e 1902: “Campos Salles, por exemplo, seria lembrado, entre outros aspectos de seu governo, por dispor de verba governamental secreta, destinada a comprar a opinião de jornais e jornalistas. Em suas memórias, advertiu não ter escrúpulos nem de possuir a verba e nem de confessá-la, assumindo as responsabilidades por seu ato” (p.86).

Virtudes a parte, é exatamente nesse segundo conjunto de artigos que transparece o caráter fragmentado da obra, com informações redundantes ou desconectadas, principalmente entre os capítulos “Imprensa a serviço do progresso” e “A grande imprensa na primeira metade do século XX”, como a posição monarquista do *Jornal do Brasil*, quando foi lançado em 1891 (p.87 e 159),

Mas havia, sem dúvida, uma permanência no novo século, assinalada com precisão por Maria Eleutério: as relações íntimas entre poder e jornalismo

a morte do revisor do jornal anti-republicano *A Tribuna* (p.85 e 158) e a aprovação da Lei de Imprensa de autoria do senador paulista Adolfo Gordo, em 1922 (p.86 e 164). Na página 88, no texto de Maria Eleutério, o ano de criação do *Jornal do Commercio* aparece como sendo 1838, quando, na verdade, a publicação carioca remonta a 1827, como consta no artigo escrito por Tania Regina de Luca, “A Grande Imprensa na primeira metade do século XX”, na página 155.

A principal fonte da *Veja* não aparece

A terceira parte, “De 1950 aos nossos dias”, reúne a jornalista e doutora em Comunicação, Ana Maria de Abreu Laurenza, o executivo da Editora Abril, Thomaz Souto Corrêa, o editor-chefe da agência de notícias virtual *Carta Maior* e professor Flávio Aguiar, e os jornalistas Cláudio Camargo e Luiza Villaméa, editora da revista *IstoÉ*. O caráter testemunhal da maioria dos textos não desmerece o bloco. Pelo contrário. O artigo de Flávio Aguiar, que foi editor de Cultura do jornal *Movimento*, apresenta informações de bastidores extremamente preciosas para a recomposição da memória da chamada imprensa alternativa, durante a ditadura militar. Ana Maria Laurenza mostra um relato pormenorizado dos detalhes de negociatas urdidas nas sombras do poder durante o nervoso período histórico que compreende o capítulo “Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda”. Luiza Villaméa, em “Revolução Tecnológica e reviravolta política”, dá conta, com apuro, da fase de turbulência que se seguiu à primeira eleição presidencial e desembocou no *impeachment* de Fernando Collor, numa época em que a imprensa brasileira se informatizava. O depoimento irônico do célebre jornalista Cláudio Abramo, em 1985, reagindo diante do “Projeto Folha”, desencadeado por Otavio Frias Filho, aparece na página 255 e dimensiona a situação vivida por muitos profissionais naquela década: “Eu já não posso ser jornalista. Ainda escrevo na máquina de escrever, sei português e tenho raciocínio lógico”. E Cláudio Camargo, em “O meio é a mensagem: a globalização da mídia”, fecha o livro, denunciando a persistência de anacrônicas práticas políticas e a manipulação da informação no país, em tempos de furor tecnológico, ainda que o tema reclame um tratamento bem mais aprofundado.

Nesse conjunto, as lacunas dignas de registro se referem ao texto assinado pelo jornalista Thomaz Souto Corrêa, “A era das revistas de consumo”. É, inegavelmente, um testemunho de relevo, informando, entre outras coisas, que a revista *Veja* ficou seis anos no vermelho e quase foi abortada pela empresa e que a versão brasileira da *Playboy* apareceu inicialmente como *Homem*, por decisão da censura. Mas o capítulo acaba se limitando ao

Ana Maria Laurenza mostra um relato pormenorizado dos detalhes de negociatas urdidas nas sombras do poder durante o nervoso período histórico que compreende o capítulo “Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda”

balanço orgulhoso de quem ocupa, há muitos anos, postos-chave numa das maiores empresas de comunicação na América Latina, disseminando a visão dos negócios bem-sucedidos do grupo. “A editora continua líder de quase todos os setores em que publica suas principais revistas”, informa na página 229, exibindo um ranking das 10 revistas de maior circulação no Brasil, liderado pela *Veja*, com 1.096 mil exemplares, que inclui mais cinco títulos do conglomerado de mídia. Há uma brevíssima referência às publicações concorrentes, como *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, e nenhuma menção à *Afinal*, uma semanal dedicada à reportagem na década de 80 que era comandada pelo jornalista Fernando Mitre, hoje na Rede Bandeirantes. A lacuna mais grave – embora seja compreensível pela posição que Corrêa ocupa na empresa – é que a parte destinada à recuperação da história das revistas nacionais deixe de fora as informações sobre as relações estabelecidas pelo veículo com o poder político e econômico. Como já revelou o ex-repórter da revista, Cláudio Julio Tognolli, a publicação semanal da Editora Abril viveu, durante muito tempo, sob a tutela da sua principal fonte, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007. Por isso, acabam soando falsas as palavras do jornalista João Batista Natali, da *Folha de S. Paulo*, no Posfácio, assegurando que, na obra, “há antes de mais nada uma articulação a cada capítulo do jornalismo com a economia e a política” (p.285). Não há dúvida que o livro tem como maior qualidade a riqueza e pluralidade de ângulos analíticos, como Natali salienta na mesma página, e representa, como foi expresso no início desta resenha crítica, uma contribuição significativa para a reconstrução do passado do nosso jornalismo impresso. Entretanto, diante de sua falta de unidade, igualmente já apontada, a clássica obra homônima de Nelson Werneck Sodré ainda se impõe como um trabalho insuperável, ainda que não tenha avançado além dos anos 60 do século passado.

Recebido em 11 de outubro de 2008

Aprovado em 25 de outubro de 2008